



TCE-AL
Tribunal de Contas do Estado de Alagoas

índice de efetividade da gestão municipal
iegm
TCEAL

MANUAL

<http://sistemas.tce.al.gov.br>

Tribunal de Contas do Estado de Alagoas

Índice de Efetividade da Gestão Municipal

Composição 2016

Presidente

CONSELHEIRO OTAVIO LESSA DE GERALDO SANTOS

Vice-Presidente

CONSELHEIRA ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Corregedor

CONSELHEIRO CICERO AMELIO DA SILVA

Conselheiros

CONSELHEIRO ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO

CONSELHEIRA MARIA CLEIDE COSTA BESERRA

CONSELHEIRO FERNANDO RIBEIRO TOLEDO

Conselheiro Substituto

AUDITOR SERGIO RICARDO MACIEL

Procurador Chefe do Ministério Público de Contas

RAFAEL RODRIGUES DE ALCÂNTARA

IEGM

Coordenação / Elaboração

DIRETOR DE CONTROLE DE TÉCNICOS - CLAUDIO CORREIA

**DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL - ROSA MARIA BARROS
TENÓRIO**

DIRETOR DE TECNOLOGIA - KERCHENN ELTEQUE DE OLIVEIRA PEREIRA

Supervisão

DIRETOR GERAL - DANIEL RAYMUNDO DE MENDONÇA BERNARDES

Colaboração

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

CERIMONIAL

DIRETORIA GERAL

SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE E AUDITORIA PÚBLICA – SICAP

Apresentação

Atualmente, a atividade fiscalizadora exercida pelos Tribunais de Contas necessita de mecanismos controladores mais eficazes, não só para o exercício dessa tarefa, como também para responder à legítima atividade reivindicadora do cidadão no exercício democrático da prerrogativa que institucionalmente lhe é facultada, a da contrapartida via prestação de contas pelos órgãos públicos, quanto aos dinheiros públicos.

Com o propósito de aprimorar seus mecanismos de atuação, o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas decidiu pela adesão ao processo que objetiva apurar os indicadores que compõem o Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, com o qual se poderá aferir a real confrontação das ações governamentais exercidas, em relação aos padrões reivindicativos de seus governados. Essas ações se refletem, fundamentalmente, nas áreas prioritárias de saúde, educação, planejamento, gestão fiscal, tecnologia, segurança e meio ambiente.

Os resultados obtidos com a utilização do IEGM refletirão, com fidelidade para as partes envolvidas, os verdadeiros indicadores das gestões municipais, permitindo-lhes, com presteza e confiança, avaliá-los e, se necessário, corrigi-los ou replanejá-los.

Desse projeto a ser adotado a partir de agora pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, resulta este manual, que define procedimentos relativos ao IEGM, juntamente com as orientações complementares disponibilizadas no site tce.al.gov.br. Esta é, sem dúvida uma contribuição que trará benefícios sócio-econômicos inestimáveis para a sociedade alagoana.

Otávio Lessa de Geraldo Santos

Conselheiro Presidente

Índice

1.Contexto histórico atual.....	2	7.Composição final do IEGM.....	68
2.O que é o IEGM.....	3	8.Faixas de resultados.....	69
3.Os Produtos Derivados do IEGM... 5		9.Regras das faixas de resultado....	71
3.1 RELATÓRIO INFORMAÇÕES GERENCIAIS (ANUÁRIO).....	5	10.Considerações Finais	72
3.2 RELATÓRIO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTRATÉGICAS (PRISMA)	5		
3.3 MATRIZ DE RISCO (SMART). 5			
3.4 SITE INFOGRÁFICO	6		
3.5 RELATÓRIO DE DESEMPENHO	6		
3.6 APLICATIVO IEGM MOBILE ... 7			
4.As dimensões do IEGM.....	8		
4.1 i-EDUC	8		
4.2 i-SAÚDE	8		
4.3 i-PLANEJAMENTO	9		
4.4 i-FISCAL.....	10		
4.5 i-AMB.....	11		
4.6 i-CIDADE	11		
4.7 i-GOV TI	11		
5.Dos pesos dos índices que compõem a elaboração final do IEGM	13		
6.Das sínteses das metodologias utilizadas na construção dos 7 índices temáticos – IEGM.....	13		
6.1 SÍNTESE: i-EDUC	15		
6.2 SÍNTESE: i-SAÚDE	24		
6.3 SÍNTESE i-PLANEJAMENTO	36		
6.4 SÍNTESE: i-FISCAL.....	47		
6.5 SÍNTESE: i-AMB.....	57		
6.6 SÍNTESE: i-CIDADE	61		
6.7 SÍNTESE: i-GOV TI	64		

Exposição de Motivos do IEGM



1. Contexto histórico atual

Os governos brasileiros têm enfrentado mudanças profundas na condução de suas políticas públicas, tanto pela atual situação econômica quanto pelas crescentes reivindicações da população, gerando impactos significativos na vida de todos.

As intervenções, ações e operações realizadas por autoridades públicas, independentemente de sua esfera e da sua natureza, têm impactado na forma como o Estado se torna parceiro ou não dos interesses sociais.

O atual cenário indica a necessidade de uma gestão pública voltada para resultados, cuja análise das necessidades sociais revela forte enfoque na qualidade da prestação dos serviços públicos.

Os serviços públicos precisam ser continuamente modernizados, eficientes e efetivos, para acompanhar a evolução das necessidades sociais. É nesse contexto que o Tribunal de Contas promove o índice de efetividade da gestão municipal – IEGM.



2.0 que é o IEGM

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM mede a qualidade dos gastos municipais e avalia as políticas e atividades públicas do gestor municipal. Apresenta, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios estão sendo alcançados de forma efetiva. Ele pode ser utilizado como mais um instrumento técnico nas análises das contas públicas, sem perder o foco do planejamento em relação às necessidades da sociedade.

O IEGM permite observar quais são os meios utilizados pelos municípios jurisdicionados no exercício de suas atividades que devem ser disponibilizadas em tempo útil, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço (economia), de modo a entender a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos (eficiência), visando ao alcance dos objetivos específicos fixados no planejamento público (eficácia)¹.

Ele propicia também a formulação de relatórios objetivos em áreas sensíveis do planejamento público para a alta administração da Corte de Contas e alimenta com dados técnicos o pessoal da fiscalização,

em complementação às ferramentas hoje disponíveis.

O IEGM é um índice perene que proporciona visões da gestão pública para 7 dimensões da execução do orçamento público:

- Educação;
- Saúde;
- Planejamento;
- Gestão Fiscal;
- Meio Ambiente;
- Cidades Protegidas;
- Governança em Tecnologia da Informação.

Essas dimensões foram selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas².

O índice é composto pela combinação dos seguintes itens:

- Dados governamentais;
- Dados de prestação de contas;
- Informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelas Prefeituras Municipais.

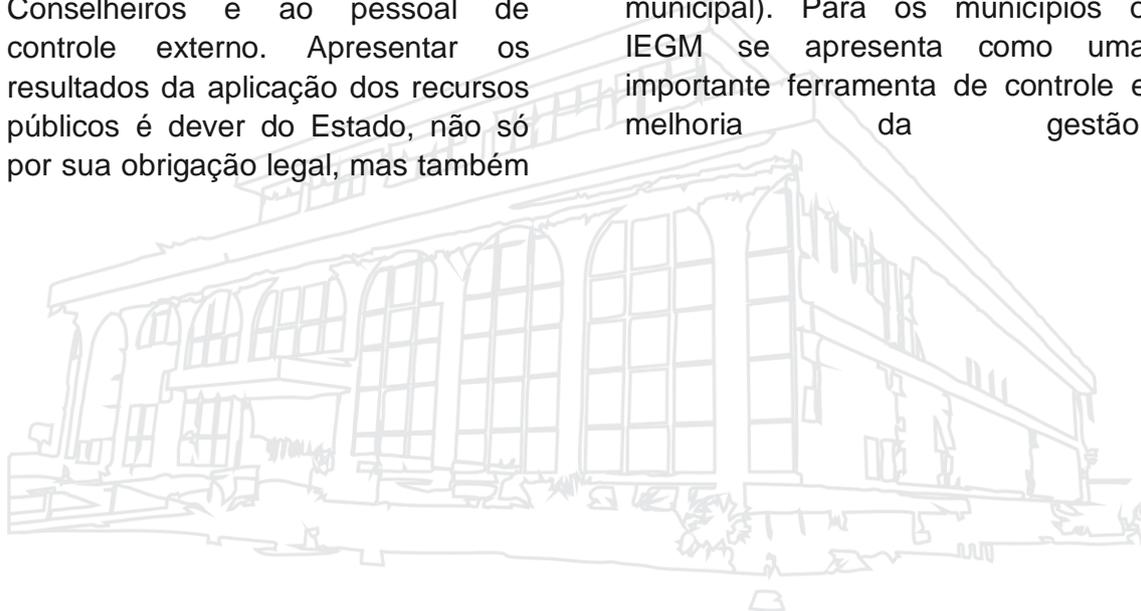
¹ C f. Manual de Auditoria de Resultados do Tribunal de Contas Europeu (disponível em http://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/PERF_AUDIT_MANUAL/PERF_AUDIT_MANUAL/_PT_.PDF).

² A priorização considerou a jurisprudência do TCESP e as disposições normativas da Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A abrangência geográfica do IEGM é todos os municípios do Estado.

Essa nova tecnologia de fiscalização implica uma diferente repartição de atividades e responsabilidades em matéria de execução do orçamento, o que deve ser cuidadosamente tomado em consideração nas fases de planejamento e a realização da auditoria de resultados, bem como de elaboração de relatórios que serão fornecidos aos Excelentíssimos Conselheiros e ao pessoal de controle externo. Apresentar os resultados da aplicação dos recursos públicos é dever do Estado, não só por sua obrigação legal, mas também

para atender ao princípio da moralidade no qual deve se pautar a gestão pública, dessa forma conquistando a legitimidade de suas ações para o bem comum da sociedade. Em uma visão direta e sintética, o IEGM apresenta produtos finais para a alta administração da Casa (Presidência e Conselheiros), para o pessoal da fiscalização e, principalmente, para a sociedade e outros órgãos de controle externo (informações da gestão pública municipal). Para os municípios o IEGM se apresenta como uma importante ferramenta de controle e melhoria da gestão.



3. Os Produtos Derivados do IEGM

Os dados do IEGM serão consolidados e apresentados conforme as necessidades de cada público-alvo com o intuito de buscar novos caminhos para a fiscalização por resultado.

Esta busca também apresenta uma nova percepção de oportunidades operacionais. Uma delas é a modernidade que passa pelos nomes dos documentos a serem produzidos e utilizados nos quatro principais produtos derivados da implantação do IEGM.

3.1 RELATÓRIO INFORMAÇÕES GERENCIAIS (ANUÁRIO)

O Relatório de Informações Gerenciais – Anuário consolida o resultado das 7 dimensões do IEGM e abrange todos os municípios participantes.

Os dados são apresentados graficamente e com análises de alguns quesitos para a alta administração. Além disso, são realizados comparativos com outros indicadores utilizados pelas Secretarias do Estado de Alagoas.

Esta abordagem gerencial permite uma visão ampla dos resultados obtidos pelo planejamento da gestão municipal. Para alguns quesitos é possível identificar até uma tendência de comportamento ou um padrão de

qualidade do serviço público de acordo com o conjunto de medidas adotadas no decorrer de cada ano de gestão pública.

3.2 RELATÓRIO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTRATÉGICAS (PRISMA)

O Relatório Informações Gerenciais e Estratégicas apresenta a posição da gestão municipal das prefeituras nas 7 dimensões analisadas, proporcionando melhor diagnóstico quanto às realizações e/ou resultados das ações dos agentes políticos. Procura-se evidenciar uma análise quanto ao alcance dos objetivos operacionais municipais.

3.3 MATRIZ DE RISCO (SMART)

A Matriz de Risco (SMART³) apresenta a composição das

³ O termo SMART é uma correspondência ao termo utilizado pelo Tribunal de Contas Europeu. O manual de auditoria de resultado da Corte de Contas europeia define que SMART permite “identificar e analisar riscos internos e externos para a realização dos objetivos da Comissão. No sistema de controlo interno da Comissão, ‘resultados e gestão do risco’ inclui, por um lado, a definição de objetivos a nível estratégico, operacional e tático segundo o método ABM, devendo todas as atividades ter objetivos específicos, mensuráveis, realizáveis, relevantes e delimitados no tempo - specific, measurable, achievable, relevant and timely (SMART) - e, por outro, a análise e a gestão do risco das principais atividades.” (disponível em <http://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/>

atividades das prefeituras nas 7 dimensões analisadas, proporcionando uma visão mais clara quanto às contratações, licitações e planejamento dos resultados das ações dos agentes políticos. Dessa forma, qualificamos ainda mais o tempo despendido no planejamento das ações de controle, haja vista o diagnóstico dos pontos sensíveis a serem apresentados à fiscalização.

Essa matriz de risco apresenta uma abordagem transparente e clara para o órgão fiscalizado, mitiga os possíveis erros de auditoria, pois apresenta os pontos relevantes e pertinentes suscetíveis de fiscalização, permitindo a criação de uma atmosfera de diálogo construtivo nas fases de fiscalização.

3.4 SITE INFOGRÁFICO

O site infográfico é o relatório eletrônico publicado no Portal WEB do Tribunal de Contas, que, apoiado pela tecnologia, organiza e disponibiliza informações à sociedade e aos demais órgãos de controle por meio do monitoramento dos planejamentos e gestões dos agentes públicos nas 7 (sete) dimensões monitoradas.

Os dados apresentados novo portal do IEGM contribuem para o aprimoramento dos controles externo e interno, permitindo-lhes funcionar como ferramenta de apoio à gestão pública.

Esse site agrega os novos conceitos de utilização das informações (forma fácil de compreender os dados) postas à disposição da sociedade por meio de infográficos.

As informações no site apontam aos agentes e gestores públicos os indicadores finalísticos quanto à realização de gastos, de modo a permitir análises comparativas, subsidiando a tomada de decisões para melhoria da aplicação dos recursos públicos nos seus processos.

3.5 RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Este relatório tem como finalidade fornecer ao gestor municipal a possibilidade de comparar o desempenho de seu município com outros similares, possibilitando identificar as melhores práticas e conseqüentemente, contribuir para uma melhora no desempenho da Administração Pública Municipal. O artefato é baseado exclusivamente em informações prestadas pelos próprios Municípios, as quais são validadas por amostragem pelas equipes de fiscalização deste Tribunal. Desse modo, variáveis como o gasto na educação, por exemplo, somente são consideradas definitivas após o trânsito em julgado do parecer emitido pelo Relator das respectivas contas.

3.6 APLICATIVO IEGM MOBILE

O IEGM Mobile permite a visualização dos índices em dispositivos móveis que utilizam o sistema Android. Sendo assim, os cidadãos têm uma poderosa ferramenta de fiscalização e

participação social, pois com ele o munícipe pode tomar conhecimento da situação em seu município, bem como interagir, fiscalizar, e até mesmo apresentar denúncias diretamente ao Tribunal de Contas, podendo inclusive anexar fotos captadas com seu smartphone.



4. As dimensões do IEGM

O IEGM é fruto de diversos eventos e reuniões com agentes políticos, técnicos de outros órgãos estaduais (Secretarias da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente, da Defesa Civil), órgãos da sociedade civil e, principalmente, baseado nas atividades de controle externo, além de conversas técnicas com Agentes de Fiscalização.

Essas atividades permitiram entender e apresentar os 7 índices componentes do IEGM, cada um baseado na respectiva dimensão da gestão pública apresentada anteriormente:

- i-EDUC: Índice Municipal da Educação;
- i-SAÚDE: Índice Municipal da Saúde;
- i-PLANEJAMENTO: Índice Municipal do Planejamento;
- i-FISCAL: Índice Municipal da Gestão Fiscal;
- i-AMB: Índice Municipal do Meio Ambiente;
- i-CIDADE: Índice Municipal de Cidades Protegidas;
- i-GOV TI: Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação.

4.1 i-EDUC

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Educação Pública Municipal na sua esfera de responsabilidade, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal relativos à educação infantil, creches e pré-escolas e Ensino Fundamental I que devem ser respondidos eletronicamente.

4.2 i-SAÚDE

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados a partir de indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Saúde Pública Municipal, na esfera de responsabilidade municipal, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

Esta versão traz quesitos com o objetivo de avaliar o cumprimento de alguns indicadores previstos na Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores para os Anos de 2013-2015 do Ministério da Saúde.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal da Saúde voltados à Atenção Básica, que devem ser respondidos eletronicamente.

Alguns indicadores da Secretaria da Saúde são estudados para entendimento dos processos realizados pelas prefeituras e elaboração do questionário de atividades finalísticas, porém tais fatores não são considerados para o cálculo do resultado final do i-SAÚDE.

4.3 i-PLANEJAMENTO

Objetivo

O índice do planejamento permite ordenar os municípios quanto ao que foi planejado e realizado em matéria de programas e ações, possibilitando ao usuário da informação entender, de maneira ampla, como se deu esse processo, apontando para os possíveis resultados.

Para isso, analisamos os percentuais gerados em relação à execução,

comparando essa com o que foi estabelecido no planejamento da entidade. Por meio desse comparativo, é possível visualizar os reflexos na qualidade de vida dos municípios (sejam diretos ou indiretos). Além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também é possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas.

Metodologia Aplicada

Pesquisando outros índices desenvolvidos por renomados órgãos, sejam nacionais ou internacionais, observamos que o índice é um valor agregador de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas, a fim de proporcionar, de maneira precisa e rápida, uma conclusão sobre o tópico analisado.

O índice é formado por indicadores, que são situações avaliadas de um determinado fato. Um exemplo é o índice de inflação, no qual a variação de cada um dos produtos que constam da cesta gera um indicador. Ao agregá-los (por soma, diferença ou outro método) apura-se o resultado do índice desejado.

No presente caso, em que desejamos apurar o índice do planejamento, consideramos os seguintes

indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações;
- Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados;
- Percentual de alteração do planejamento inicial;
- Percentual da taxa de investimento estabelecida no planejamento inicial e a executada.

4.4 i-FISCAL

Objetivo

O índice da gestão fiscal permite ordenar os municípios quanto à política fiscal estabelecida e executada (direta ou indiretamente), habilitando o usuário da informação a entender, de maneira ampla, o comportamento das decisões tomadas pelos responsáveis na administração municipal no que diz respeito à parte fiscal.

Para isso, são analisadas a execução financeira e orçamentária, a manutenção dos limites legais estabelecidos, as decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e a transparência da administração municipal. Além dos

aspectos relacionados à obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é possível acompanhar se questões como endividamento, planejamento e metas são conduzidos segundo uma gestão adequada, a fim de não comprometer as receitas futuras e a prestação de serviços públicos à população local.

Por fim, importante destacar que os tópicos considerados pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas como fundamentais para a emissão de Parecer sobre a gestão municipal, como resultado do Ensino, da Saúde, pagamentos de Precatórios, entre outros, são considerados na apuração do i-Fiscal.

Metodologia Aplicada

Conforme exposto anteriormente, o i-Fiscal é também um índice que reflete o valor agregado de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas. No presente caso, em que desejamos apurar o índice da Gestão Fiscal, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Análise da Receita (execução orçamentária);
- Análise da Despesa (execução orçamentária);
- Análise da execução orçamentária;
- Análise dos Restos a Pagar – até o bimestre (dívida flutuante);

- Despesas com Pessoal – Poder Executivo;
- Despesa com Pessoal - Poder Legislativo;
- Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit);
- Apuração da dívida fundada (aumento/redução);
- Apuração dos pagamentos dos precatórios;
- Repasse de duodécimos às Câmaras;
- Transparência: atas de elaboração, avaliação e aprovação, pareceres e publicações realizadas.

4.5 i-AMB

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre o meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas, como exemplo: resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental, conselho ambiental etc.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de Meio Ambiente que devem ser respondidos eletronicamente.

4.6 i-CIDADE

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam o grau de envolvimento no planejamento municipal para proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos sobre a proteção realizada em suas cidades que devem ser respondidos eletronicamente. As métricas matemáticas deste índice componente permitem a visualização da gestão municipal quanto ao grau de inter-relacionamento com outros órgãos de suporte e a sua gestão quanto à preparação e reação em situações de emergência.

4.7 i-GOV TI

Objetivo

Apresentar a relação com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica que mensure o conhecimento e o uso dos

recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos

específicos de TI que devem ser respondidos eletronicamente. Os cálculos matemáticos são realizados por meio de algoritmos e rotinas computacionais utilizando os pesos atribuídos a cada quesito.

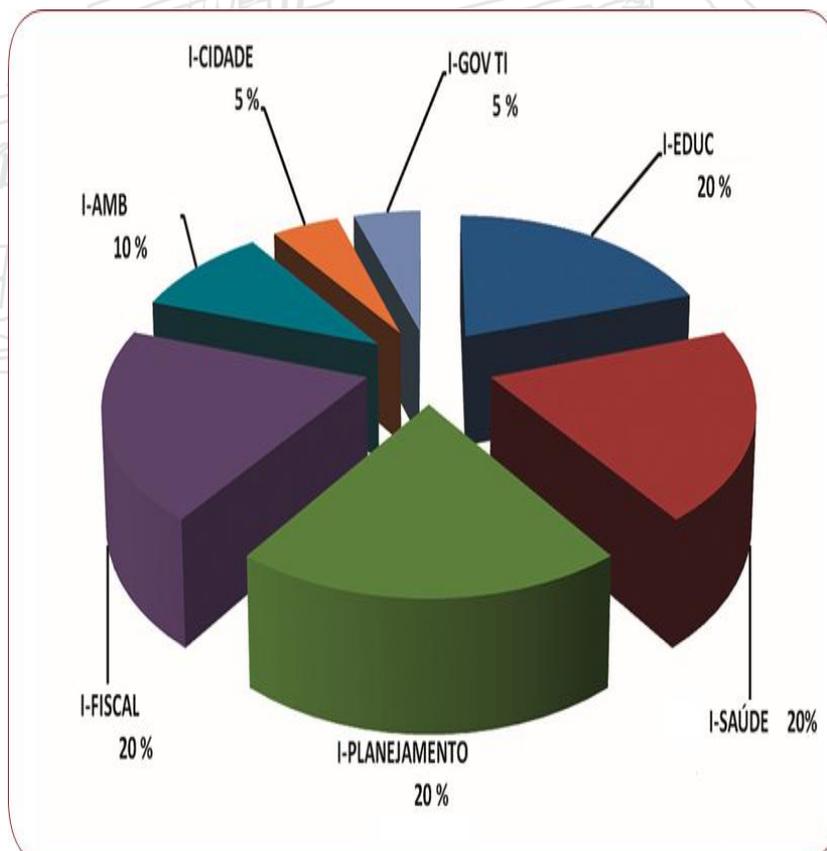


5. Dos pesos dos índices que compõem a elaboração final do IEGM

O IEGM é o índice final que reúne os índices apurados nas 7 dimensões apresentadas. Para compreender a gestão municipal nessas dimensões, utilizamos a métrica de ponderação que melhor reflete o grau de relevância das apurações.

Os dados das despesas utilizados para a apuração das ponderações foram extraídos da execução orçamentária dos municípios, de acordo com a obrigação de prestação de contas estabelecida na legislação.

Apresentamos a seguir os valores ponderados dos índices componentes do IEGM:



6. Das sínteses das metodologias utilizadas na construção dos 7 índices temáticos – IEGM

Os procedimentos empregados na construção dos índices e indicadores, com seus quesitos, posicionamento e critérios finalísticos, resultam do apoio de servidores de Tribunais de Contas, especialistas de outros órgãos e sociedade civil em diversas reuniões de trabalho.

Esse processo insere-se em um contexto de diálogos e discussões teórico-metodológicos que se aprofundou com a perspectiva de buscar novas tecnologias de fiscalização concomitante e de auditoria de resultados.

Nesse aspecto, esse processo amplamente participativo adotado na construção do IEGM promove

também o envolvimento de seus usuários imediatos e potenciais, conferindo-lhe credibilidade e validação político-institucional, possibilitando alcançarmos sua efetiva utilização nos relatórios (PRISMA e SMART) e disponibilização de informações na Internet.

No que tange à composição temática – 7 dimensões – e às fontes de informação, o IEGM articula uma grande variedade dos aspectos geridos pelo gestor municipal – Educação, Saúde, Meio Ambiente, Proteção das Cidades etc. – que muito influenciam a qualidade de serviços e o cotidiano de seus munícipes.

6.1 SÍNTESE: i-EDUC

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA EDUCAÇÃO

QUESITOS	RESULTADOS
1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Ciclo I)? Obs.: Ações e medidas documentadas , apenas ligação para telefone cadastrado do aluno não caracteriza medida para reduzir a taxa de abandono. Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	SIM
	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por necessidade de trabalho?
	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por dificuldades de aprendizado?
	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por causa de doenças crônicas?
	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por falta de incentivo dos pais?
	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por mudança de endereço?
	Quantas crianças abandonaram o Ciclo I por outros motivos?
	NÃO
2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2015?	SIM
	Qual o número:
	NÃO
3. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2015?	SIM
	Qual o número:
	NÃO
4. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam do Ciclo I escolar em 2015? *Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	SIM
	Qual o número:
	NÃO

QUESITOS	RESULTADOS
5. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?	SIM, avaliação própria
	SIM, aderiu a algum Programa Público de avaliação, se houver:
	SIM, terceirizada Qual empresa?
	NÃO aplicou
6. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação do Ciclo I? Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	SIM
	NÃO
7. Que indicador(es) de qualidade foi utilizado pela prefeitura municipal para análise da educação do Ciclo I? Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	IDEB
	Outro – Qual?
8. O município possui o Plano Municipal de Educação?	SIM Informe nº da lei e data da promulgação:
	Não
9. Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas do Ciclo I possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal? Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	SIM Qual a quantidade de computadores em funcionamento destinados às aulas de informática em todas as escolas do município? Obs. Quantidade de computadores em funcionamento = total de computadores destinados aos alunos do Ciclo I em todas as escolas do município.
	NÃO
10. Sobre a infraestrutura das escolas do Ciclo I, informe: Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças portadoras de necessidades especiais (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):
	Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m):

QUESITOS	RESULTADOS
11. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e ciclo I do município no ano de 2015, responda: Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	Quantas unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro de 2015? <Quantidade> ou Não possui registro Quantas unidades de ensino tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura? <Quantidade> ou Não possui registro
12. Número de crianças de 4 a 5 anos de idade não matriculadas na pré-escola em 2015:	<Quantidade> ou Não possui registro
13. Qual o piso salarial municipal dos professores? Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	Creche: Pré-escola: Ciclo I:
14. O município divulga e cumpre o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista?	SIM NÃO
15. Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?	SIM Qual a média de tempo (em minutos)? NÃO
16. Qual a idade média da frota escolar, em anos? Obs. Idade média = [(Ano de 2015) – (Ano de fabricação de cada veículo)]/(número total de veículos da frota escolar)	
17. Como é feita a preparação da merenda no município?	Cozinha piloto própria Nas escolas (que possuem merendeiras próprias) Terceirizada Qual o custo unitário médio do almoço?
18. Existe um controle por meio de relatórios elaborado pela nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?	SIM, semanalmente SIM, mensalmente NÃO

QUESITOS	RESULTADOS
19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro DE 1996?	SIM
	NÃO Qual o percentual de professores que possuem?
20. O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?	SIM Qual a quantidade de visitas que o CAE realizou nas escolas do Ciclo I no ano de 2015?
	NÃO
21. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal? Obs.: Não considerar treinamentos voltados para os professores.	SIM Qual?
	Percentual de cobertura - 1º ano:
	Percentual de cobertura - 2º ano:
	Percentual de cobertura - 3º ano:
	Percentual de cobertura - 4º ano:
	Percentual de cobertura - 5º ano:
	NÃO
22. Qual o total de turmas para creche?	<Quantidade> ou Não possui registro
23. Qual o total de turmas para pré-escola?	<Quantidade> ou Não possui registro
24. Qual o total de turmas para o Ciclo I? Obs.:Ciclo I – 1º ao 5º ano	<Quantidade> ou Não possui registro
25. Qual a quantidade de alunos que terminaram o último ano do Ciclo I em 2015? Obs.:Ciclo I – 1º ao 5º ano	<Quantidade> ou Não possui registro

QUESITOS	RESULTADOS
26. Qual a quantidade de alunos matriculados no último ano do Ciclo I em 2015 que teve aproveitamento para o Ciclo II em 2016? Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano Ciclo II – 6 ^o ao 9 ^o ano	<Quantidade> ou Não possui registro
27. Informe a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para o Ciclo I: <Quantidade> ou Não possui registro Obs. Todos os dias de ausência de professor do Ciclo I no ano de 2015 (justificadas ou injustificadas) Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	Faltas injustificadas:
	Faltas justificadas:
	Licença médica:
	Licença maternidade/paternidade:
	Abonos:
Outros: (inclusive ausências pontuais amparadas por lei).	
28. Qual a quantidade de unidades públicas municipais de ensino (estabelecimentos físicos) destinadas à creche, pré-escola e Ciclo I em 2015? Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	<Quantidade> ou Não possui registro
29. Quantas vagas foram disponibilizadas no ano de 2015 para período integral? Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	Creche: <Quantidade> ou Não possui registro
	Pré-escola: <Quantidade> ou Não possui registro
	Ciclo I: <Quantidade> ou Não possui registro
30. Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?	SIM
	NÃO
31. Quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal em 2015? Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	Creche: <Quantidade> ou Não possui registro
	Pré-escola: <Quantidade> ou Não possui registro
	Ciclo I: <Quantidade> ou Não possui registro
32. O município utiliza material didático elaborado por empresa terceirizada (livros e/ou apostilas de sistemas de ensino)?	SIM:
	Informe a CNPJ e Razão social da(s) empresa(s)
	NÃO

QUESITOS	RESULTADOS
33. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os professores?	Não existe pagamento de horas extras
	Realização de feiras e eventos aos finais de semana
	Absenteísmo de professores
	Cobertura de férias e licenças
	Não possui equipe completa
	Outro - qual?
34. O município possui levantamento da distorção idade/série no Ciclo I? Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	SIM
	NÃO
35. Qual a data de início do ano letivo de 2015?	
36. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda: Obs.: Caso a escola possua biblioteca e também sala de leitura , esta <u>deve ser contada apenas uma vez</u> , no valor referente a escolas com biblioteca.	Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas? Obs. A definição de biblioteca, segundo os critérios do FUNDEB, exige a presença de um Bibliotecário.
	Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?
37. Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos na rede municipal?	SIM Data da entrega:
	NÃO
38. Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal?	SIM Data da entrega:
	NÃO

QUESITOS	RESULTADOS
39. Existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?	SIM, com benefício financeiro; com processo de perícia médica municipal; com programas de prevenção à saúde do professor
	NÃO
40. A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?	SIM Qual o número da lei?
	NÃO
41. Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados a professores no exercício de 2015: Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	Creche: <Quantidade> ou Não possui registro
	Pré-escola: <Quantidade> ou Não possui registro
	Ciclo I: <Quantidade> ou Não possui registro
42. Houve entrega do Kit escolar à rede municipal? EXEMPLO de composição de um kit escolar: - Caderno “Brochura” – 4 unidades (96 folhas cada) - Caderno de Desenho – 1 unidade (96 folhas cada) - Régua 30 cm – 1 unidade - Lápis de cor grande (12 cores) – 2 caixa - Lápis grafite – 4 unidades - Lápis grafite de resina termoplástica – 4 unidades - Caneta esferográfica azul – 4 unidades - Apontador com depósito – 6 unidades - Borracha branca – 3 unidades - Tubo de cola branca – 3 unidades - Giz de cera (12 cores grande) – 1 caixa - Guache (12 cores) – 1 caixa	SIM Data da entrega:
	NÃO
43. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício? (Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho)	8 ou mais reuniões
	6 a 7 reuniões
	4 a 5 reuniões
	0 a 3 reuniões
44. Quanto ao número de profissionais da educação não docentes (Ex: monitor, pedagoga, psicóloga, secretária, etc) atuantes no Ciclo I, informe: Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	Número de profissionais ocupantes de cargos de provimento efetivo: <Quantidade> ou Não possui registro
	Número de profissionais temporários: <Quantidade> ou Não possui registro

QUESITOS	RESULTADOS
45. FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Obs.:quesito preferencialmente apurado eletronicamente a partir dos dados das prestações de contas dos municípios.	
46. A prefeitura aplicou o mínimo constitucional? Obs.:quesito preferencialmente apurado eletronicamente a partir dos dados das prestações de contas dos municípios.	SIM
	NÃO
47. Qual a quantidade de matrículas realizadas em creche?	
48. Qual a quantidade de matrículas realizadas em pré-escola?	
49. Qual a quantidade de matrículas realizadas no Ciclo I? Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	
50. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à creche?	
51. Qual a quantidade de professores temporários destinados à creche?	
52. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à pré-escola?	
53. Qual a quantidade de professores temporários destinados à pré-escola?	
54. Qual a quantidade de professores efetivos destinados ao Ciclo I? Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	
55. Qual a quantidade de professores temporários destinados ao Ciclo I? Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	
56. Informe a porcentagem de professores efetivos com pós-graduação: Obs.:Ciclo I – 1 ^o ao 5 ^o ano	Creche:
	Pré-escola:
	Ciclo I:
57. Quantos estabelecimentos municipais de ensino destinados à creche, pré-escola e Ciclo I estavam funcionando durante o exercício de 2015? Ex: Caso haja escola mista de pré-escola e Ciclo I, considerar 1 estabelecimento em pré-escola e 1 em Ciclo I	Creche:
	Pré-escola:
	Ciclo I:

QUESITOS	RESULTADOS
58. Quantos estabelecimentos de ensino estavam funcionando em período integral durante o exercício de 2015? Ex: Caso haja escola mista de pré-escola e Ciclo I, considerar 1 estabelecimento em pré-escola e 1 em Ciclo I Obs.:Ciclo I – 1º ao 5º ano	Creche:
	Pré-escola:
	Ciclo I:
59. Qual a quantidade total de professores/profissionais de educação em sala de aula para atendimento constante e direto dos alunos da rede municipal?	Creche:
	Pré-escola:
	1º ano – Ciclo I:
	2º ano – Ciclo I:
	3º ano – Ciclo I:
	4º ano – Ciclo I:
5º ano – Ciclo I:	

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Saúde Pública
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-EDUC: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
 $i\text{-EDUC} = (\text{Somatório dos indicadores})/100$

6.2 SÍNTESE: i-SAÚDE

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA SAÚDE

QUESITOS	RESULTADOS
1. O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica?	SIM Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta?
	NÃO
2. O município disponibiliza consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, Internet, etc.)? Obs. Não considerar marcação de consulta nem orientação médica emergencial	SIM
	NÃO
3. O Município divulga nas UBS em local acessível ao público a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores?	SIM
	NÃO
4. Os locais de atendimento médico-hospitalar municipais e UBSs possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros)?	SIM, todos possuem
	SIM, a maior parte possui
	SIM, a menor parte possui
	NÃO
5. Os locais municipais de atendimento médico-hospitalar e UBSs possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, ou documentação comprovando que cumprem as exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequada e à assistência e responsabilidade técnicas, aferidas por meio de fiscalização realizada pelo órgão sanitário local?	SIM, todos possuem
	SIM, a maior parte possui
	SIM, a menor parte possui
	NÃO
6. O município possui gestão de estoque dos insumos (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque?	SIM (sistematizada)
	SIM (manual)
	NÃO –

QUESITOS	RESULTADOS
7. O atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos?	SIM
	NÃO
8. O município possui o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria estruturado?	SIM
	NÃO
9. A prefeitura realizou campanha anual ou incentivo em grupos de gestantes para a promoção do aleitamento materno? Obs.: A orientação passada durante as consultas não configura campanha anual ou incentivo.	SIM
	NÃO
10. Qual o percentual de cobertura da população-alvo, em média, nas campanhas de vacinação? <Quantidade> ou Não possui registro	Referente ao calendário de vacinação do 1º ano de vida:
	Referente ao calendário de vacinação do 2º ano de vida:
	Referente ao calendário da população adulta:
11. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de hipertensão estão atualizados?	SIM
	NÃO
12. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de Diabetes Mellitus está atualizado?	SIM
	NÃO
13. Os médicos cumprem integralmente sua jornada de trabalho?	SIM
	Permanece apenas nas consultas agendadas
	NÃO

QUESITOS	RESULTADOS
14. As unidades básicas de saúde no município possuem condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose?	SIM, todas possuem
	SIM, a maior parte das UBS possui
	SIM, a menor parte das UBS possui
	NÃO
15. Sobre a incidência de tuberculose no município no ano de 2015, informe:	Total de casos novos tuberculose (todos os tipos) diagnosticados no ano: Não houve casos da doença no município Não possui registro
	Total de casos novos de tuberculose (todos os tipos) no ano com exame anti-HIV realizado: Não houve casos da doença no município Não possui registro
	Taxa de cura de tuberculose no município (todos os tipos): Não houve casos da doença no município Não possui registro
	Total de casos novos tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados no ano: Não houve casos da doença no município Não possui registro
	Taxa de cura de tuberculose pulmonar bacilífera no município (todos os tipos): Não houve casos da doença no município Não possui registro
16. Qual o percentual de unidades com sala de vacinação com funcionamento em 05 dias da semana? <Percentual de 0,00 a 100%>	0%
	01% – 49,99%
	50% – 74,99%
	75% ou mais

QUESITOS	RESULTADOS
17. Os médicos da UBS possuem sistema de controle de ponto eletrônico? (Ex.: mecânico; biométrico; digital; etc) Obs. Livro ponto não é controle eletrônico.	SIM
	NÃO
18. O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs por meio de telefone, VOIP, Internet, totem, etc.?	SIM
	NÃO
19. Foi realizada ação para a promoção da saúde bucal nas escolas? Obs.: Palestras e escovação não configuram consulta.	SIM, com consulta odontológica das crianças
	SIM, somente com divulgação
	NÃO
20. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) no município?	
21. Sobre a presença de médicos nas ESF, informe:	Todas as equipes contam com médicos
	A maior parte das equipes conta com médicos
	A menor parte das equipes conta com médicos
	As equipes não contam com nenhum médico
22. Qual a forma de gestão municipal no Programa Saúde da Família?	Recursos humanos próprios
	Convênio
	Contrato de gestão
	Termo de parceria
23. Qual o número de agentes comunitários de saúde no município?	Outro
	Qual:

QUESITOS	RESULTADOS
24. Quanto ao número de nascidos vivos no município no ano de 2015, informe:	Número de nascidos vivos de mães residentes no município: <NÚMERO> ou NÃO POSSUI REGISTRO
	Número total de nascidos vivos de mães residentes no município que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal na rede municipal de saúde: <NÚMERO> ou NÃO POSSUI REGISTRO
25. Qual a cobertura da terceira dose da vacina pentavalente aplicada no total de crianças menores de 1 ano de idade?	<PERCENTUAL>
	NÃO POSSUI REGISTRO
26. Qual o número de consultas médicas básicas realizadas nas UBSs do município no último ano?	<NÚMERO>
	NÃO POSSUI REGISTRO
27. Sobre atendimento de urgências, responda: (É possível selecionar várias opções)	A Prefeitura tem SAMU
	A Prefeitura mantém apenas convênio de atendimento pré-hospitalar com o Corpo de Bombeiros
	A Prefeitura possui outro sistema de atendimento a urgências Qual: Descreva sucintamente:
28. Qual o intervalo de tempo médio de espera entre a marcação de consulta em especialidade médica e seu efetivo atendimento na UBS (em dias)?	<TEMPO EM DIAS>
	NÃO POSSUI REGISTRO
29. Existe Conselho Municipal de Saúde estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?	SIM
	NÃO
30. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde em 2015? Obs.: Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho	8 ou mais reuniões
	6 a 7 reuniões
	4 a 5 reuniões
	0 a 3 reuniões

QUESITOS	RESULTADOS
31. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os médicos?	Não existe pagamento de horas extras
	Realização de campanhas e eventos aos finais de semana
	Absentéismo
	Cobertura de férias e licenças
	Não possui equipe completa
	Outros (Quais?)
32. Qual a quantidade total de horas extras em 2015 para médicos?	
33. Sobre a dengue no município em 2015, informe:	Número de casos diagnosticados:
	Número de óbitos:
	Número de imóveis visitados em cada um dos seis ciclos preconizados. Ciclo I: Ciclo II: Ciclo III: Ciclo IV: Ciclo V: Ciclo VI:
	Número total de imóveis da área urbana do município:
34. O município possui Plano Municipal da Saúde com período correspondente ao PPA vigente?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESULTADOS
35. Qual a quantidade de médicos ativos do município em 2015? Carga horária: 20h; 30h ou 40h semanais.	Informe, para cada mês do ano de 2015, a quantidade de médicos ativos por carga horária cumprida: 20h, 30h e 40h semanais.
36. Qual o intervalo de tempo médio de espera, em dias, entre a marcação de exames complementares laboratoriais (bioquímicos, de imagem, patológicos, coleta de materiais e etc.) solicitados na consulta na UBS e sua efetiva realização?	
37. O município possui Ouvidoria da Saúde implantada?	SIM Qual a quantidade de atendimentos realizados no último ano?
	NÃO
38. A Ouvidoria de Saúde possui relatórios de atendimentos?	SIM
	NÃO
39. O Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde mediante contas bancárias próprias?	SIM
	NÃO
40. O município tem implantado o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus)?	SIM
	Quantos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica existem no Município?
	Quantos destes estabelecimentos farmacêuticos têm implantado o sistema Hórus ou envia o conjunto de dados por meio do serviço <i>WebService</i> ?
41. Sobre as internações clínicas ocorridas no município em 2015, informe:	Quantidade de internações clínicas ocorridas no município:
	Quantidade de internações por causas sensíveis à Atenção Básica:

QUESITOS	RESULTADOS
<p>42. Sobre as internações clínicas de pacientes residentes no município ocorridas em 2015, informe:</p> <p>Obs.: Alternativamente, o quesito poderá ser apurado de maneira sintética, através da seguinte redação: “Quantidade de internações por condições sensíveis à atenção básica (Considere apenas as internações de pessoas residentes no município):”</p> <p>Se for este o caso, na tabela abaixo, não faça distinção entre condições sensíveis e outras condições sensíveis.</p>	<p>Quantidade de internações clínicas ocorridas no município (Considere apenas as internações de pessoas residentes no município):</p> <p>Quantidade de internações por cada uma das condições sensíveis à atenção básica abaixo: (Considere apenas as internações de pessoas residentes no município):</p> <p>Doenças evitáveis por imunização e outras DIP:</p> <p>Anemia:</p> <p>Pneumonias bacterianas:</p> <p>Asma:</p> <p>Bronquites:</p> <p>Hipertensão:</p> <p>Insuficiência cardíaca:</p> <p>Diabetes mellitus:</p> <p>Epilepsias:</p> <p>Infecção no rim e trato urinário:</p> <p>Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:</p> <p>Outras doenças sensíveis à atenção básica:</p>
<p>Para responder às questões 41 e 42, considere a seguinte <u>lista CID-10 das Condições Sensíveis à Atenção Básica</u>:</p>	
<p>Condições Sensíveis</p>	<p>Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)</p>
<p>1. Doenças evitáveis por imunização e outras DIP:</p>	<p>A15.0-A19.9, A33.0-A37.9; A50.0-A53.9, A95.0-A95.9, B05.0-B06.9, B16.0-B16.9, B26.0-B26.9, B50.0-B54.9, B77.0-B77.9, G00.0, I00-I02.9</p>
<p>2. Anemia:</p>	<p>D50.0-D50.9</p>
<p>3. Pneumonias bacterianas:</p>	<p>J13, J14, J15.3-J15.4, J15.8-J15.9, J18.1</p>
<p>Condições Sensíveis</p>	<p>Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)</p>
<p>4. Asma:</p>	<p>J45.0-J45.9</p>
<p>5. Bronquites:</p>	<p>J20.0-J21.9, J40-J42</p>
<p>6. Hipertensão:</p>	<p>I10, I11.0-I11.9</p>
<p>7. Insuficiência cardíaca:</p>	<p>I50.0-I50.9</p>
<p>8. Diabetes mellitus:</p>	<p>E10.0-E14.9</p>
<p>9. Epilepsias:</p>	<p>G40.0-G40.9</p>

10. Infecção no rim e trato urinário:	N30.0-N30.9, N34.0-N34.3, N39.0
11. Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:	N70.0-N73.9, N75.0-N76.8
Considere como <u>Outras doenças sensíveis à atenção básica</u> as seguintes:	
Outras Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
12. Gastroenterites infecciosas e complicações:	A00.0-A09.9; E86.0-E86.9
13. Deficiências nutricionais	E40-E46.9, E50.0-E64.9
14. Infecções de ouvido, nariz e garganta	H66.0-H66.9, J00, J01.0-J03.9, J06.0-J06.9, J31.0-J31.9
15. Angina	I20.0-I20.9
16. Infecção da pele e tecido subcutâneo	A46, L01.0-L04.9, L08.0-L08.9
17. Síndrome da Rubéola Congênita	P35.0
Observação: o rol de causas das internações sensíveis à Atenção Básica acima não é idêntico à Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária, publicada pela Portaria MS/ SAS nº 221, de 17 de abril de 2008, embora seja baseado nesta.	

QUESITOS	RESULTADOS
43. Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?	SIM
	NÃO
44. Qual o percentual de cobertura vacinal para influenza em maiores de 60 anos?	
45. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de saúde do município no ano de 2015, responda:	Quantas unidades de saúde necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro de 2015? <Quantidade> ou Não possui registro
	Quantas unidades de saúde tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura? <Quantidade> ou Não possui registro

QUESITOS	RESULTADOS
<p>46. Sobre saúde materna e infantil no ano de 2015, informe:</p>	<p>Número de testes realizados para o diagnóstico da sífilis entre gestantes:</p> <p>Obs.: Considerar apenas os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 0202031179 VDRL para detecção de sífilis em gestante. - 0214010082 teste rápido para sífilis em gestante.
	<p>Número de partos hospitalares do SUS:</p> <p>Obs.: Considerar apenas os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 0310010039 parto normal. - 0310010047 parto normal em gestação de alto risco. - 0411010026 parto cesariano em gestação de alto risco. - 0411010034 parto cesariano. - 0411010042 parto cesariano com laqueadura tubária.
<p>47. Quanto aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no município, informe:</p>	<p>Número de Caps I:</p>
	<p>Número de Caps II:</p>
	<p>Número de Caps III:</p>
	<p>Número de Caps i:</p>
	<p>Número de Caps ad:</p>
	<p>Número de Caps ad III:</p>

QUESITOS	RESULTADOS
<p>48. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) Equivalentes no município?</p> <p>Obs.: A equivalência de carga horária do profissional médico para equipe de Atenção Básica (tradicional) em relação à equipe da Estratégia de Saúde da Família considera a somatória da carga horária de pediatra, clínico e obstetra pertencente a uma Unidade Básica tradicional, e a cada 60 horas há equivalência para 1 ESF.</p>	
<p>49. As despesas consideradas, para fins de apuração do mínimo constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde, foram de responsabilidade específica do setor de saúde e com recursos municipais movimentados somente pelo Fundo Municipal de Saúde?</p>	SIM
	NÃO
<p>50. Existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico)?</p>	SIM Qual tempo médio de atendimento (em minutos)?
	NÃO
<p>51. Qual a soma da carga horária semanal de todos os cirurgiões dentistas das equipes básicas de saúde bucal do município no ano de 2015?</p>	
<p>52. Qual a quantidade de unidades públicas municipais de saúde (estabelecimentos físicos) existentes no município em 2015?</p>	<Número inteiro positivo> ou Não possui registro
<p>53. Com base na Lei Complementar nº. 141, de 13 de janeiro de 2012, informe:</p>	Percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal:
<p>54. Informe a quantidade de pacientes residentes em outros municípios atendidos nas UBSs do seu município:</p>	<Quantidade> ou Não possui registro
<p>55. Sobre vacinação antirrábica canina no município no ano de 2015, informe:</p>	Total da população canina no município:
	Número total de cães vacinados:
<p>56. As unidades básicas de saúde possuem equipamentos ou disponibilizam insumos (fitas, glicosímetros etc.) para medição do nível de glicose dos pacientes?</p>	SIM, todas as UBS possuem SIM, a maior parte das UBS possui SIM, a menor parte das UBS possui NÃO

QUESITOS	RESULTADOS
57. Os médicos que prestam serviços nas UBS trabalham em regime de plantão?	Sim - Qual? Plantão presencial Plantão de sobreaviso Não

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Saúde Pública
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-SAÚDE: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-SAÚDE = (Somatório dos indicadores)/100



6.3 SÍNTESE i-PLANEJAMENTO

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO PLANEJAMENTO

Cada indicador deste índice possui peso em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e gestão. Assim, na melhor hipótese, se todos os indicadores alcançarem pontuação máxima, o valor pontuado deste índice é 100. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

- Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações:

Média do resultado alcançado de todos os indicadores de um programa comparada com a média dos resultados alcançados das ações desse mesmo programa, por meio do seguinte cálculo:

$$| ((B / A) - (D / C)) | = E$$

Seja “A” o valor do indicador do programa previsto inicialmente;

Seja “B” o resultado do indicador do programa realizado;

Seja “C” o valor da meta para a ação do programa;

Seja “D” o resultado da meta realizado;

Seja “E” o resultado do indicador procurado.

O valor de “E” será apurado para cada programa. O seu valor final será a média obtida do resultado de todos os programas. Conforme o resultado que “E” (final) assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Entre 0 e 0,2	100
Entre 0,21 e 0,39	Graduação entre 95 e 5
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados entre 0,21 e 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - E)/0,2)*100$$

Por exemplo, se E = 0,25, a nota do indicador será 75 pontos.

- Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados:

Apresenta o valor alcançado de cada uma das ações, dividindo-se o valor da meta física realizada pelo valor estipulado inicialmente no planejamento; e o quanto dos recursos disponibilizados foram utilizados, dividindo-se o valor liquidado pelo valor fixado atualizado, a partir dos dados constantes da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:

$$| ((D / C) - (G / F)) | = H$$

Seja “C” o valor da meta para a ação do programa;

Seja “D” o resultado da meta realizado;

Seja “F” o valor orçamentário fixado final para a ação;

Seja “G” o valor liquidado para a ação;

Seja “H” o resultado do indicador procurado.

O valor de “H” será apurado para cada ação. O seu valor final será a média obtida do resultado de todas as ações. Conforme o resultado que “H” (final) assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Entre 0 e 0,2	100
Entre 0,21 e 0,39	Graduação entre 95 e 5
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados entre 0,21 e 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - H)/0,2)*100$$

Por exemplo, se H = 0,25, a nota do indicador será 75 pontos.

- Percentual de alteração do planejamento inicial:

Total dos valores dos programas estabelecidos inicialmente na Lei Orçamentária Anual – LOA - comparado com os valores finais apurados para os mesmos programas.

O cálculo será efetuado da seguinte maneira:

$$J / I = K$$

Seja “J” o valor total dos programas (final);

Seja “I” o valor total dos programas (inicial);

Seja “K” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “K” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Acima de 1,3	0
Entre 0,91 e 1,3	100
Entre 0,51 e 0,9	Graduação entre 2,5 e 97,5
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 0,5 e 0,9, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((K - 0,5)/0,4)*100$$

Por exemplo, se $K = 0,6$, a nota do indicador será 25 pontos.

- Percentual da taxa de investimento estabelecida no Planejamento inicial e a executada:

Divisão da despesa liquidada classificada pelo código “44” – Investimentos (Portaria nº 163/2001 do MPOG) pelo valor total da receita arrecadada no mesmo período. O cálculo é feito da seguinte maneira:

$$L / M = N$$

Seja “L” a despesa liquidada total (classificação 44)

Seja “M” a receita total

Seja “N” o resultado do indicador procurado

Conforme o resultado que “N” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior que 0,15	100
Entre 0,021 e 0,149	Graduação entre 0,769 e 99,231
Menor ou igual a 0,02	0

Para resultados entre 0,02 e 0,15, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido aumentará 0,769 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((N - 0,02)/0,13)*100$$

Por exemplo, se $N = 0,10$, a nota do indicador será 61,54 pontos.

Quesitos necessários para a apuração dos indicadores do i-Planejamento:
 Obs.: preferencialmente apurados por meio de sistema eletrônico, ou por resposta fornecida pela prefeitura:

QUESITOS	RESPOSTAS
1. O planejamento da prefeitura, para o ano de 2015 foi estruturado através de programas, indicadores, metas e ações?	SIM
	NÃO
2. Realize o <i>upload</i> da planilha eletrônica contendo o planejamento da prefeitura estruturado através de Programas, indicadores, metas e ações, para o ano de 2015:	Disponível apenas no caso de resposta "SIM" no quesito anterior
3. Informe o valor total da dotação inicial autorizada na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2015:	
4. Informe o valor total da dotação atualizada em 31/12/2015:	

QUESITOS	RESPOSTAS
5. Informe o valor total da despesa liquidada com investimentos (despesas classificadas pelo código 44 – investimentos) em 2015:	
6. Informe a receita total arrecadada em 2015:	

Quesitos adicionais ao índice componente:

QUESITOS	RESPOSTAS
7. Existe órgão ou servidor responsável pelo controle interno no município com atribuições formalmente definidas e com a apresentação de relatórios periódicos?	SIM
	NÃO
8. O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?	SIM
	NÃO
9. Existe equipe estruturada para realização do planejamento municipal (PPA, LDO e LOA)?	SIM
	NÃO
10. A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?	SIM
	NÃO
11. A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira?	SIM
	NÃO
12. A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
13. Há estrutura administrativa voltada para planejamento?	SIM
	NÃO
14. A estrutura de planejamento foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento)?	SIM
	NÃO
15. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?	SIM
	NÃO
16. Qual a carga horária de treinamento específico dos servidores responsáveis pelo planejamento?	Menos de 8 horas/ano;
	Entre 8 a 40 horas/ano;
	Mais de 40 horas/ano.
17. Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, recebem treinamento sobre planejamento?	SIM
	NÃO
18. Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade tem dedicação exclusiva para essa matéria?	SIM
	NÃO
19. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento?	SIM
	NÃO
20. O sistema informatizado é multiusuário (Os setores o alimentam e a unidade central de planejamento consolida)?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
21. Há levantamentos dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento?	SIM
	NÃO
22. Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento? Obs.: É possível selecionar várias opções	Ensino;
	Saúde;
	Assistência Social;
	Serviços Urbanos;
	Segurança Pública;
	Saneamento;
	Defesa Civil;
Outros. Quais?	
23. Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?	SIM
	Indicar a(s) peça(s) orçamentária(s), o ano, o número/denominação do programa e ação:
	NÃO
24. Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do governo federal ou estadual?	SIM Qual(is)?
	NÃO
25. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)? Obs.: É possível selecionar várias opções	Presenciais
	Pela Internet
	Outros (especificar):

QUESITOS	RESPOSTAS
26. As coletas de sugestões pela Internet ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?	Até um mês
	Entre um mês a dois
	Mais de dois meses
	Não há coleta de sugestões pela internet
27. Na coleta pela Internet há glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	SIM
	NÃO
	Não há coleta de sugestões pela internet
28. Há uma margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação popular?	SIM
	NÃO
29. Qual a forma de divulgação das audiências públicas? Obs.: É possível selecionar várias opções	Diário Oficial
	Jornais
	Panfletos
	Carro de Som
	Website da Prefeitura
	Mural
	Faixas
	Outros (Quais?)
30. Quantas audiências públicas são comumente realizadas?	1 (uma)
	Entre 2 a 5
	Mais de 5

QUESITOS	RESPOSTAS
31. Qual o dia e horário de realização das audiências públicas?	Dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas);
	Dia de semana após as 18 horas
	Aos sábados, domingos e feriados.
32. As audiências públicas são transcritas em atas?	SIM
	NÃO
33. As atas de audiências públicas são divulgadas na Internet?	SIM
	NÃO
34. As audiências públicas são gerais, englobando todas as funções de governo?	SIM
	NÃO
35. As audiências públicas são setorizadas, divididas por temas (saúde, ensino, assistência social)?	SIM
	NÃO
36. O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento de despesa?	SIM
	NÃO
37. Na lei orçamentária, qual o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?	Até 10%
	Entre 10 a 20%
	Mais de 20%
	Não há previsão

QUESITOS	RESPOSTAS
38. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto?	SIM
	NÃO
39. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias estão definidos os critérios de contingenciamento?	SIM
	NÃO
40. Há previsão para a inclusão de emendas parlamentares no orçamento?	SIM
	NÃO
41. Os setores da Prefeitura têm conhecimento prévio da previsão de receita cabível para elaborarem suas dotações?	SIM
	NÃO
42. Há acompanhamento da execução do planejamento?	SIM
	NÃO
43. Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?	Gabinete do Prefeito
	Setor de planejamento
	Cada setor é responsável pela execução de seu planejamento
44. Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?	SIM
	NÃO
45. Qual o conteúdo dos relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária? Obs.: É possível selecionar várias opções	Dotações previstas e executadas;
	Programas previstos e executados;
	Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados;
	Outros (Quais?)
46. As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados?	SIM
	NÃO
47. Onde ocorre a divulgação dessas peças? Obs.: É possível selecionar várias opções	Portal de Transparência
	Site da Prefeitura
	Mural
	Outros (Quais?)
48. As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) são entregues no prazo definido no calendário de obrigações do Tribunal de Contas?	SIM
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Planejamento
Pontos máximos: 400 Pontos mínimos: 000	i-PLANEJAMENTO: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-PLANEJAMENTO = (Somatório dos indicadores)/400



6.4 SÍNTESE: i-FISCAL

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DOS ASPECTOS FISCAIS

Cada indicador deste índice possui peso igual em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e em relação à gestão. Assim, na melhor hipótese, se todos os indicadores alcançarem pontuação máxima, o valor pontuado deste índice é 100. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

- Análise da Receita (execução orçamentária):

Divisão da receita arrecadada pela receita prevista atualizada, com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:

$$O / P = Q$$

Seja "O" a receita arrecadada;

Seja "P" a receita prevista atualizada;

Seja "Q" o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que "Q" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,5	0
Entre 1,16 e 1,49	Graduação entre 97,14 e 2,86
Entre 0,85 e 1,15	100
Entre 0,51 e 0,84	Graduação entre 2,86 e 97,14
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 1,16 e 1,5, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 2,86 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Q - 1,5) * (-1) / 0,35) * 100$$

Por exemplo, se $Q = 1,25$, a nota do indicador será 71,43 pontos.

Para resultados entre 0,51 e 0,84, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,86 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Q - 0,5)/0,35)*100$$

Por exemplo, se $Q = 0,75$, a nota do indicador será 71,43 pontos.

- Análise da Despesa (execução orçamentária):

Divisão da despesa executada pela despesa fixada final, com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:

$$R / S = T$$

Seja "R" a despesa executada;

Seja "S" a despesa fixada final;

Seja "T" o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que "T" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,1	0
Entre 1,01 e 1,09	Graduação entre 90 e 100
Entre 0,9 e 1,0	100
Entre 0,51 e 0,89	Graduação entre 2,5 e 97,5
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 1,01 e 1,1, a graduação⁴ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((T - 1,1)*(-1)/0,10)*100$$

⁴ Leva-se em consideração que a falta de economia na despesa eleva o risco de aumento do endividamento de curto prazo, na medida em que, normalmente, uma parte da receita do orçamento municipal é utilizada para o pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.

Por exemplo, se $T = 1,05$, a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados entre 0,51 e 0,89, a graduação⁵ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((T - 0,5)/0,4)*100$$

Por exemplo, se $T = 0,75$, a nota do indicador será 62,5 pontos.

- Análise do resultado da execução orçamentária:

Diferença entre receita arrecadada e despesa executada dividida pela receita arrecadada, excluídos os créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro, com base nos dados da execução orçamentária anual, por meio do seguinte cálculo:

$$R / O = V$$

Seja “R” a despesa executada;

Seja “O” a receita arrecadada;

Seja “V” o resultado do indicador procurado.

Se o resultado do indicador for maior que 1 e menor que 1,2, é necessário um novo cálculo, conforme segue:

$$|(O - R) | = X$$

Onde “X” é a diferença, em módulo, da receita e da despesa. Em seguida, compara-se “X” com o valor dos créditos abertos com fundamento no superávit financeiro: se o crédito for igual ou maior, significa que o déficit orçamentário está coberto pelo superávit financeiro; se for menor, não há cobertura financeira para o déficit orçamentário.

Em qualquer hipótese, a pontuação será conferida conforme a tabela a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual 1,2	0

⁵ Leva-se em consideração que a economia realizada potencializa o risco de comprometimento da prestação dos serviços que o município deve fazer à sua sociedade, evidenciando também a tendência do planejamento inicial desconsiderar a realidade local.

Entre 1,11 e 1,19 (com cobertura do déficit)	Graduação entre 90 e 10
Entre 1,01 e 1,19 (sem cobertura do déficit)	0
Entre 1,01 e 1,10 (com cobertura do déficit)	100
Entre 0,90 e 1,0	100
Entre 0,76 e 0,89	Graduação entre 6,67 e 93,33
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 1,11 e 1,19, a graduação⁶ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((V - 1,2) * (-1) / 0,10) * 100$$

Por exemplo, se $V = 1,15$, a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados entre 0,76 e 0,89, a graduação⁷ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 6,67 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((V - 0,75) / 0,15) * 100$$

Por exemplo, se $V = 0,8$, a nota do indicador será 33,33 pontos.

• Análise dos Restos a Pagar:

Divisão dos pagamentos realizados dos restos a pagar pela sua posição inicial. O cálculo é realizado da seguinte forma:

$$W / Y = Z$$

Seja “W” os pagamentos realizados;

Seja “Y” a posição inicial dos restos a pagar;

⁶ Leva-se em consideração o implícito aumento no endividamento, com consequências reais sobre as finanças públicas e até possibilidade de execução orçamentária sem autorização legislativa.

⁷ Leva-se em consideração que a entidade está realizando uma economia considerável de recursos, com risco de comprometimento da prestação dos serviços para a sociedade local.

Seja “Z” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “Z” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,95	100
Entre 0,76 e 0,94	Graduação entre 5 e 95
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 0,76 e 0,94, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Z - 0,75)/0,20)*100$$

Por exemplo, se Z = 0,80, a nota do indicador será 25 pontos.

- Despesas com Pessoal – Poder Executivo

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,54	0
Entre 0,513 e 0,539	Graduação entre 50 e 11,48
Menor ou igual a 0,512	100

Para resultados entre 0,513 e 0,539, a graduação⁸ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido reduzirá 1,48 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “AA” o resultado do indicador:

$$(((AA - 0,54)*-1/0,027)*40)+10$$

Por exemplo, se AA = 0,515, a nota do indicador será 47,04 pontos.

⁸ Levam-se em consideração as diversas restrições que a LRF estabelece quando se atinge o limite prudencial. Assim, cabe ao município acompanhar o conjunto de políticas fiscais, para evitar atingir tal limite.

- Despesa com pessoal - Poder Legislativo:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,06	0
Entre 0,057 e 0,059	Graduação entre 50 e 23,33
Menor ou igual a 0,056	100

Para resultados entre 0,057 e 0,059, a graduação⁹ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido reduzirá 13,33 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “AB” o resultado do indicador:

$$(((AB - 0,06) * (-1) / 0,003) * 40) + 10$$

Por exemplo, se AB = 0,058, a nota do indicador será 36,67 pontos.

- Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit):

Divisão entre ativo e passivo financeiro, conforme Balanço Patrimonial, por meio do seguinte cálculo:

$$AC / AD = AE$$

Seja “AC” o ativo financeiro;

Seja “AD” o passivo financeiro;

Seja “AE” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “AE” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,3	0
Entre 1,11 e 1,29	Graduação entre 95 e 5
Entre 1,0 e 1,1	100
Entre 0,76 e 0,99	Graduação entre 4 e 96
Menor ou igual a 0,75	0

⁹ Levam-se em consideração as diversas restrições que a LRF estabelece quando se atinge o limite prudencial. Assim, cabe ao município acompanhar o conjunto de políticas fiscais, para evitar atingir tal limite.

Para resultados entre 1,11 e 1,29, a graduação¹⁰ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AE - 1,30)*(-1)/0,20)*100$$

Por exemplo, se AE = 1,2, a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados entre 0,76 e 0,99, a graduação¹¹ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido aumentará 4 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AE - 0,75)/0,25)*100$$

Por exemplo, se AE = 0,9, a nota do indicador será 60 pontos.

- Apuração da dívida fundada (aumento/redução):

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,2	0
Entre 1,11 e 1,19	Graduação entre 90 e 10
Menor ou igual a 1,10	100

Para resultados entre 1,11 e 1,19, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja "AF" o resultado do indicador:

$$((AF - 1,2)*-1/0,10)*100$$

Por exemplo, se AF = 1,15, a nota do indicador será 50 pontos.

- Apuração dos pagamentos dos precatórios:

Divisão entre o estoque final e o estoque inicial no exercício em análise, conforme o cálculo a seguir:

$$AG / AH = AI$$

¹⁰ Levam-se em consideração um superávit elevado, de maneira que a economia que está sendo realizada poderá comprometer a qualidade dos serviços públicos obrigatórios.

¹¹ Leva-se em consideração que a entidade está gastando mais do que arrecadando, potencializando o risco de insolvência futura.

Seja “AG” o estoque final dos precatórios; Seja “AH” o estoque inicial dos precatórios;

Seja “AI” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “AI” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,0	0
Entre 0,91 e 0,99	Graduação entre 90 e 10
Menor ou igual a 0,9	100

Para resultados entre 0,91 e 0,99, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AI - 1,0)*(-1)/0,10)*100$$

Por exemplo, se AI = 0,95, a nota do indicador será 50 pontos.

- Repasse de duodécimos às Câmaras:

Resultado	Pontuação
Maior que o limite	0
Menor ou igual ao limite	100

- Dívida Ativa: percentual de recebimento

Nível de recebimento da dívida em relação ao estoque inicial. (Quesito Opcional)

Resultado ideal: Maior ou igual 0,10.

- Dívida Ativa: percentual de cancelamento (Quesito Opcional)

Nível de cancelamento da dívida em relação ao estoque inicial.

Resultado ideal: Igual a 0.

Quesitos necessários para a apuração dos indicadores do i-Fiscal:

Obs.: preferencialmente apurados por meio de sistema eletrônico, ou por resposta fornecida pela prefeitura

QUESITO	RESPOSTA
1. Com base nos dados da execução da Lei Orçamentária Anual (Exercício de 2015), informe os seguintes valores:	Receita arrecada:
	receita prevista atualizada:
	despesa executada:
	despesa fixada final:
	Créditos Adicionais Abertos com base em Superávit Financeiro:
2. Com base nos dados do balanço patrimonial do exercício de 2015, informe os seguintes valores:	Ativo financeiro:
	Passivo financeiro:
3. Sobre os restos a pagar processados e não processados do exercício de 2015, informe os seguintes valores:	Saldo inicial total dos restos a pagar:
	Total de pagamentos realizados:
4. Com base nos dados do exercício de 2015, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, informe:	Percentual apurado com a Despesa total de pessoal – Poder Executivo
	Percentual apurado com a Despesa total de pessoal – Poder Legislativo:
	Percentual da dívida fundada (Saldo Final em 12/2015) em relação à RCL:
5. Sobre pagamento de Precatórios, informe os seguintes valores referentes ao exercício de 2015:	Saldo inicial dos precatórios:
	Saldo final dos precatórios:
6. O repasse de duodécimos às Câmaras foi realizado dentro dos limites legais, de acordo com o Art. 29-A da Constituição Federal?	SIM
	NÃO

Quesitos adicionais ao índice componente:

QUESITO	RESPOSTA
7. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social são realizados dentro do prazo legal?	

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Fiscal
Pontos máximos: 1000 Pontos mínimos: 000	i-FISCAL: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-FISCAL = (Somatório dos indicadores)/1000



6.5 SÍNTESE: i-AMB

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO MEIO AMBIENTE

QUESITOS	RESULTADOS
1. Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) – Lei nº 12.305/2010 –, informe:	Instrumento normativo publicado ou promulgado
	Submissão do texto à câmara de vereadores
	Está em outras fases de elaboração
	Não realizou o plano
2. A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?	SIM, totalmente Descreva o processo de destinação:
	PARCIALMENTE Descreva o processo de destinação:
	NÃO
3. A prefeitura municipal possui Plano de Resíduos da Construção Civil que aborde itens tais como coleta, transporte e destinação final?	SIM Informar a lei:
	PARCIALMENTE
	NÃO
4. A prefeitura adota na rede escolar municipal algum programa ou ação de educação ambiental?	SIM Descreva sucintamente:
	NÃO

QUESITOS	RESULTADOS
5. A prefeitura municipal estimula entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais? (ex.: implantação de dispositivos para uso racional da água, coleta seletiva, reuso ou reciclagem de material entre outros)?	SIM, para todos os órgãos e entidades Descreva sucintamente:
	PARCIALMENTE Descreva sucintamente:
	NÃO
6. A prefeitura possui ou participa de algum programa ou ação que promovam a melhoria contínua da qualidade ambiental no município?	SIM Qual? Descreva sucintamente:
	NÃO
7. A prefeitura possui alguma estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipal?	SIM
	NÃO
8. A prefeitura participou de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares (privilegiando a participação de membros da Guarda Municipal, Defesa Civil, Tiro de Guerra, brigadistas de indústrias, usinas e empresas etc, inclusive para os municípios que possuem Unidades de Corpo de Bombeiros)?	SIM, integralmente
	SIM, na maior parte
	SIM, na menor parte
	NÃO
9. O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?	SIM
	NÃO
10. Informe os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico:	Lei Nº____ Decreto Nº____ Outros. Quais? _____

QUESITOS	RESULTADOS
11. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO
12. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO
13. Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO
14. Existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem?	SIM Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO
15. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a Rede Municipal de Ensino?	SIM Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO
16. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde?	SIM Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO
17. Há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez?	SIM Descreva o plano:
	NÃO
18. O município participa do programa estadual / regional de gestão ambiental, se houver?	SIM
	NÃO
19. O município está habilitado junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, se houver para licenciar os empreendimentos de impacto local?	SIM
	NÃO
20. Por que motivo a prefeitura municipal ainda não possui Plano de Resíduos da Construção Civil implantado? (Depende do quesito número 3)	Plano enviado para aprovação legislativa;
	Plano em fase de elaboração.
21. A prefeitura participa de alguma instância de planejamento e gestão regional (tais como comitê de bacia, conselho regional/metropolitano, conselho gestor de APA – Área de proteção Ambiental), que promova a melhoria contínua da gestão ambiental municipal e da região em que está inserida?	SIM Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Meio Ambiente
Pontos máximos: 085 Pontos mínimos: 002	i-Amb: 10/100 – 0,10 (10%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
 $i\text{-Amb} = (\text{Somatório dos indicadores})/85$



6.6 SÍNTESE: i-CIDADE

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA PROTEÇÃO DA CIDADE

QUESITOS	RESULTADOS
1. O município possui Setor/Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil estruturado(a) (Lei nº 12.608/2012)?	SIM
	Está em fase de estruturação
	NÃO
2. A prefeitura municipal possui local físico com sala e telefone para atendimento de ocorrências de Proteção e Defesa Civil?	SIM Qual número de telefone: (XX) YYYYYYYY
	NÃO
3. O município utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Proteção e Defesa Civil?	SIM Qual a forma de registro?
	NÃO
4. O município possui algum tipo de levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público?	SIM
	NÃO
5. O município possui Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil?	SIM
	Está em fase de formalização de seu plano
	NÃO

QUESITOS	RESULTADOS
<p>6. O município capacita seus agentes para ações municipais de Proteção e Defesa Civil?</p>	<p>SIM, na integralidade de seus agentes Descreva a forma sucintamente:</p>
	<p>SIM, a maior parte de seus agentes Descreva a forma sucintamente:</p>
	<p>SIM, a menor parte de seus agentes Descreva a forma sucintamente:</p>
	<p>NÃO</p>
<p>7. Se o município possui mais de 20.000 habitantes, foi elaborado seu Plano de Mobilidade Urbana?</p>	<p>SIM</p>
	<p>NÃO</p>
	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>8. O município possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado?</p>	<p>SIM</p>
	<p>NÃO</p>
<p>9. O município está cadastrado no sistema da Proteção e Defesa Civil Estadual, se houver?</p>	<p>SIM</p>
	<p>NÃO</p>
<p>10. O município está listado no Programa Construindo Cidades Resilientes, do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres?</p>	<p>SIM</p>
	<p>NÃO</p>

QUESITOS	RESULTADOS
11. O município possui ameaças potenciais mapeadas?	<p>SIM – Qual ou Quais?</p> <p>() Inundações;</p> <p>() Secas;</p> <p>() Barragens de água;</p> <p>() Áreas de ocupação clandestinas (loteamentos, etc.);</p> <p>() Lixões;</p> <p>() Loteamentos em situação de risco;</p> <p>() Barragens de rejeitos de Mineração:</p> <p>No caso de haver Barragens de rejeitos de Mineração: Houve regulamentação da atividade?</p> <p>SIM - Qual o número da Lei?</p> <p>NÃO</p> <p>Já foi exigido da empresa mineradora o plano de ação em caso de acidente?</p> <p>SIM - O plano de contingência foi elaborado considerando o plano de ação – Lei 12608/12?</p> <p>SIM</p> <p>NÃO</p> <p>NÃO</p> <p>NÃO</p>
12. O município utiliza sistemas de alerta e alarme para desastres?	<p>SIM</p> <p>Os sistemas de alerta e alarme são testados com habitualidade?</p> <p>SIM - Qual a frequência (em dias)?</p> <p>NÃO</p> <p>NÃO</p>

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Proteção das Cidades
<p>Pontos máximos: 100</p> <p>Pontos mínimos: 000</p>	<p>i-CIDADE: 05/100 – 0,05 (5%)</p>

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-CIDADE = (Somatório dos indicadores)/100

6.7 SÍNTESE: i-GOV TI

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA GOVERNANÇA DE TI

QUESITOS	RESULTADOS
1. A prefeitura municipal possui PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro?	SIM, com metas acima de 02 anos (após 2016)
	SIM, com metas para até 02 anos (ATÉ 2016)
	NÃO POSSUI PDTI
2. A prefeitura municipal possui documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação?	SIM
	NÃO
3. A prefeitura municipal possui quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação?	SIM, com funcionários efetivos
	SIM, com funcionários efetivos e temporários
	SIM, com funcionários temporários
	Não possui esse quadro
4. A prefeitura municipal define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI (área de formação, especialização etc.)?	SIM
	NÃO
5. A prefeitura disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI?	SIM Qual o periodicidade:
	NÃO
6. A prefeitura mantém site na Internet com informações atualizadas (semanalmente)? Obs.: este quesito não se refere às exigências contidas na Lei da transparência;	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESULTADOS
7. O PDTI é divulgado na Internet?	SIM
	NÃO
	Não possui PDTI
8. Os dados e documentos relativos a contratos de processos licitatórios são divulgados na Internet?	SIM
	NÃO
9. Os dados relativos à transparência na gestão fiscal (planejamento, execução orçamentária, arrecadação de tributos etc.) são divulgados na internet, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal?	SIM – Selecione os instrumentos divulgados na Internet: <input type="checkbox"/> Planos <input type="checkbox"/> Orçamentos <input type="checkbox"/> LDO <input type="checkbox"/> Prestações de Contas e respectivos pareceres prévios <input type="checkbox"/> RREO e sua versão simplificada <input type="checkbox"/> RGF e sua versão simplificada
	NÃO
10. Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, responda:	Há participação do pessoal de TI no processo de compra (especificação técnica, comissão de julgamento, recebimento do objeto)
	Não há pessoal de TI envolvido no processo de compra
11. Sobre os dados da Dívida Ativa da prefeitura municipal, responda:	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município
	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados
	Os dados não possuem registros eletrônicos

QUESITOS	RESULTADOS
12. Sobre os dados do IPTU do município, responda:	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município
	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados
	Os dados não possuem registros eletrônicos
13. Sobre a arrecadação tributária municipal, no que diz respeito ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), responda:	A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse direta
	A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas
	Não foi implantada a NFE
14. Sobre compras públicas (licitações) que tenham por objetivo desenvolvimento, melhoria ou manutenção de software, responda qual métrica é utilizada para determinar o tamanho do software (e conseqüentemente o prazo e custo):	É utilizada a métrica de Pontos de Função
	Existe uma métrica, mas não é Pontos de Função
	Não existe métrica
	Não houve licitações de software
15. Os dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios são divulgados na Internet?	SIM
	NÃO
16. Há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?	SIM
	NÃO
17. Os sistemas e softwares disponibilizados são divulgados aos usuários e eles recebem treinamento adequado para a utilização dos mesmos?	SIM, é divulgado e há treinamento
	SIM, é divulgado mas não há treinamento
	SIM, há treinamento mas não há divulgação
	NÃO

QUESITOS	RESULTADOS
18. O município possui legislação municipal que trata de Acesso à Informação?	SIM
	NÃO
19. Os dados relativos a atas da comissão de licitação de processos licitatórios são divulgados na Internet?	SIM
	NÃO
20. Que tecnologia (internet) é utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?	Sistema Próprio
	Banco do Brasil
	ComprasNet
	Outros: _____
21. O município dá pleno conhecimento e possibilita o acompanhamento pela sociedade, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, nos termos do art. 48-A da LRF?	SIM Quais informações? () atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa e da sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; () do lançamento e do recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão de Governança de TI
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-GOV TI: 05/100 – 0,05 (5%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-GOV TI = (Somatório dos indicadores)/100

7. Composição final do IEGM

Neste primeiro ano de apuração do IEGM, a participação das prefeituras será obrigatória.

Como o IEGM é um indicador perene, apresentando seus resultados anualmente, nesta amostra seus resultados serão apresentados em faixas, evitando-se

assim a exposição numérica de ranking.

Para as prefeituras auditadas, órgãos de controle, sociedade e demais interessados, os resultados do IEGM serão apresentados em 05 faixas de resultado, preservando os valores numéricos calculados.

MÉTRICA DE CÁLCULO DO IEGM MODELO MATEMÁTICO

$$\text{IEGM} = (\text{i-EDUC} \times 20 + \text{i-SAÚDE} \times 20 + \text{i-PLANEJAMENTO} \times 20 + \text{i-FISCAL} \times 20 + \text{i-AMB} \times 10 + \text{i-CIDADE} \times 5 + \text{i-GOV TI} \times 5) / 100$$

8. Faixas de resultados

As faixas de resultado são a representação por notas (A, B+, B, C+ e C) e de forma gráfica dos enquadramentos das prefeituras frente às dimensões auditadas pelo resultado final do IEGM.

Cada faixa é caracterizada da seguinte forma:

NOTA A: ALTAMENTE EFETIVA;

NOTA B+: MUITO EFETIVA;

NOTA B: EFETIVA;

NOTA C+: EM FASE DE ADEQUAÇÃO;

NOTA C: BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO

OBSERVAÇÃO: a proposta do IEGM é avaliar a efetividade da gestão municipal como um todo, sem estimular a exclusiva atenção do gestor público para apenas uma ou

algumas das dimensões analisadas. Seu objetivo é demonstrar, naturalmente, as áreas que demandam maior qualidade nos gastos públicos, porém a gestão municipal altamente efetiva é aquela que considera todos os aspectos do bem-estar social. Considerando que 3 (três) dos índices componentes possuem peso ponderado menos relevante na composição do IEGM (i-Amb, i-Cidade e i-GOV TI), resultados menos expressivos nessas esferas não implicariam uma redução significativa do Índice Final, porém denotariam uma gestão municipal menos ampla. Diante disso, a faixa “A – Altamente Efetiva” é reservada para os municípios que apresentarem regularidade em seus resultados além de IEGM acima de 90% da nota máxima, verificada pela existência de ao menos 5 (cinco) índices componentes na faixa “A – Altamente Efetiva”.

As notas obedecerão aos seguintes critérios:

Notas	Crítérios
A	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A
B+	IEGM entre 75% e 89,99% da nota máxima
B	IEGM entre 60% e 74,99% da nota máxima
C	IEGM entre 50% e 59,99% da nota máxima
C+	IEGM menor ou igual a 49,99%

EXEMPLO DE APLICAÇÃO DAS FAIXAS DE RESULTADO PARA O IEGM

NOTAS	FAIXAS	PREFEITURAS
A	ALTAMENTE EFETIVA	Prefeitura do Município A; Prefeitura do Município B;
B+	MUITO EFETIVA	Prefeitura do Município C; Prefeitura do Município D; Prefeitura do Município E;
B	EFETIVA	Prefeitura do Município F; Prefeitura do Município G;
C+	EM FASE DE ADEQUAÇÃO	Prefeitura do Município H; Prefeitura do Município I;
C	BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO	Prefeitura do Município J; Prefeitura do Município K.

OBSERVAÇÃO: O mesmo modelo é aplicável a cada um dos índices temáticos. As faixas de resultado podem apresentar alternância natural nos nomes das prefeituras em razão das pontuações em cada um dos temas auditados e de seu peso na composição do IEGM.

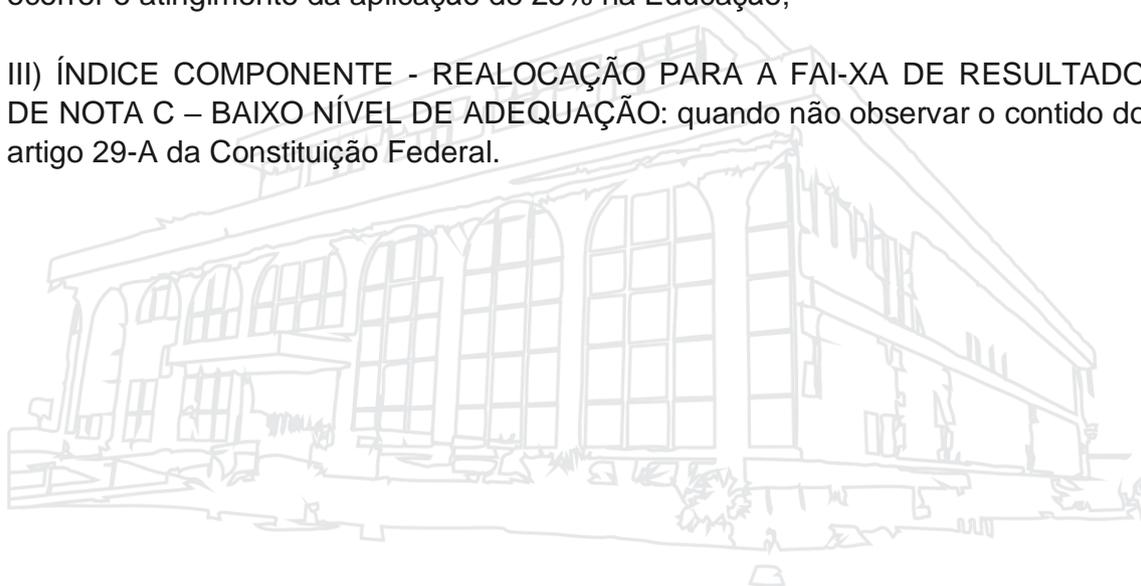
9. Regras das faixas de resultado

Com o objetivo de permitir maior controle da efetividade do município, ajustado pelos modelos matemáticos aplicados, e considerando a necessidade de implemento de controles constitucionais e legais no IEGM, ficam observadas as seguintes regras para aplicação das faixas de resultado:

I) IEGM: NOTA A – FAIXA ALTAMENTE EFETIVA - o município deve possuir pelo menos 05 (cinco) notas A;

II) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO IEGM: quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação;

III) ÍNDICE COMPONENTE - REALOCAÇÃO PARA A FAIXA DE RESULTADO DE NOTA C – BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO: quando não observar o contido do artigo 29-A da Constituição Federal.



10. Considerações Finais

Este manual mostra bem o nível de transparência, de honestidade e de princípios que norteiam a sua aplicação junto aos gestores municipais.

Um instrumento de alta valia por, inclusive, permitir aos gestores avaliações próprias, comparativos, concessões e mudanças administrativas, porque baseados na realidade que os próprios gestores colocam nos questionários.

O Tribunal de Contas de Alagoas sente-se honrado em poder participar deste trabalho e de receber de braços abertos todos os municípios do estado.

Em frente, pois, para o progresso e desenvolvimento de Alagoas.

